



Artigo Original

Greves e democracia no Brasil: o setor público federal brasileiro nos anos 90 e 2000

Strikes and democracy in Brazil: the Brazilian federal public sector in the 1990s and 2000s

Pedro Augusto Ponce*

^a Centro Universitário Estácio de Brasília, Brasília-DF, Brasil

INFORMAÇÃO DO ARTIGO

Histórico do artigo:

Recebido em 01 outubro 19

Revisado em 10 outubro 19

Aceito em 11 novembro 19

Palavras-chave:

Greves. Setor público

federal. Negociação coletiva

Keywords:

Strikes Federal public sector.

Collective bargaining

RESUMO

Este artigo tem como tema as greves do setor público federal brasileiro nos anos 1990 e 2000, um período marcado pela consolidação da democracia no país. Tem-se por objetivo discutir o aumento da duração média das paralisações do funcionalismo público federal no período, marcado por governos que adotaram políticas diversas no tocante ao diálogo com os sindicatos. De acordo com o Dieese, constatou-se, um aumento expressivo no número de horas paradas do setor público nas três esferas. Dado que o *volume* das greves permaneceu estável durante o período, o aumento das horas paradas indica que as greves se tornaram mais difíceis de serem negociadas. Partimos da hipótese de que a maior duração média das greves se dá pela inexistência de mecanismos de resolução de conflitos. Utiliza-se dados primários e secundários e entrevistas com atores envolvidos nos processos de negociação, lideranças sindicais e de dados coletados do DIEESE.

ABSTRACT

This article has as its theme the strikes of the Brazilian federal public sector in the 1990s and 2000s, a period marked by the consolidation of democracy in the country. The objective is to discuss the increase in the average duration of federal civil service stoppages in the period, marked by governments that adopted different policies regarding the dialogue with the unions. According to Dieese, it was found that there was a significant increase in the number of public sector downtime in the three spheres. Given that the volume of strikes remained stable over the period, the increase in downtime indicates that strikes have become more difficult to negotiate. We assume that the longest average strike duration is due to the lack of conflict resolution mechanisms. Primary and secondary data and interviews with actors involved in the negotiation processes, union leaders and data collected from DIEESE are used.

Introdução

Este estudo trata de greves e negociação coletiva

do funcionalismo público federal nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz

* Pedro Augusto Pnce
Tel.: 61 98652-3543
E-mail: pedro.ponce@estacio.br

Inácio Lula da Silva (2002-2010). Dados coletados no SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves - do Dieese e apresentados pela literatura de greves mostraram que a partir de 1997, com o final do Primeiro Grande Ciclo (1978-1997)*, as greves do setor público brasileiro crescem mais, são mais numerosas e demoram mais do que as do setor privado.

A partir desta constatação, estabelecemos como problema de pesquisa a verificação do motivo pelo qual houve maior aumento de número de horas paradas e demora das greves no setor público do que no setor privado, após o primeiro grande ciclo de greves.

Para análise e discussão do problema de pesquisa, analisamos esse fenômeno levando em consideração o cenário macro político brasileiro e apresentamos o “*estado da arte*” das relações de trabalho do setor público brasileiro. Nessa perspectiva, ressaltamos as formas de organização e perfil da força de trabalho nos governos Lula e Fernando Henrique, as despesas da união com gastos de pessoal, as formas de ocupação do setor público, disposições legais e os mecanismos de

resolução de disputas que caracterizaram a relação entre os atores no período em questão. Para tanto, foi necessário não só um entendimento dos processos de mudança institucional e reformas administrativas e seus efeitos na mobilização dos trabalhadores, como também das mudanças ocorridas na forma de organização sindical ao longo do período, as características dos diversos segmentos e como se relacionam aos processos políticos e econômicos.

Destacamos também o cenário macro econômico internacional, comparações acerca de outras formas de relação de trabalho, greves e negociação coletiva, e como auxiliam no entendimento das peculiaridades do caso brasileiro e das dificuldades de um processo negociativo entre as partes. A partir do levantamento destas questões construímos uma hipótese de pesquisa: o aumento do número de *Horas Paradas* † no funcionalismo público brasileiro, com o foco nos funcionários do setor público federal, deve-se a problemas nos processos de negociação das greves.

Partimos de uma linha de estudos sobre greves no Brasil, a qual Noronha (1993, 2009)

* Partindo de uma concepção cíclica do fenômeno grevistas, os trabalhos do autor são marcos nos estudos de greves no Brasil, principalmente quando analisou a importância das greves na transição política brasileira. Ver Noronha (1992 e 2009).

† Noronha (1992, 2009) em seus trabalhos utiliza o indicador Jornadas Não Trabalhadas (JNTs) que são, segundo o autor o indicador mais sintético de uma greve. É calculado a partir da somatória da

multiplicação do número de trabalhadores de cada greve pelo número de dias parados em um determinado período de tempo. Quando trata-se de volume de greves esse indicador mostra-se ser o mais eficiente. Nesta pesquisa, diferentemente, busco saber porque está havendo uma maior duração média das greves, dessa forma o principal indicador utilizado é o número de Horas Paradas em cada greve anualmente.

chama de “Primeiro Grande Ciclo Brasileiro de greves”. Esse ciclo teve início com as paralisações dos metalúrgicos do ABC paulista em maio de 1978, tendo seu auge na década de 1980 e decaída nos anos 1990. Segundo esses estudos, as greves do ciclo e sua excepcionalidade vincularam-se ao pacto de transição política para a democracia. Após 1997, com o final do ciclo de greves, as paralisações entraram no que o autor chama de “normalidade”, com estabilidade dos indicadores em ambos os setores. Esses estudos são marcos importantes no entendimento da natureza do conflito e das distintas formas de organização e atuação dos setores público e privado no Brasil.

Métodos

Este estudo trata de greves e negociação coletiva do funcionalismo público federal nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010). Dados coletados no SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves - do Dieese e apresentados pela literatura de greves mostraram que a partir de 1997, com o final do Primeiro Grande Ciclo (1978-1997)[‡], as greves do setor público brasileiro crescem mais, são mais numerosas e demoram mais do que as do setor privado.

A partir desta constatação, estabelecemos como problema de pesquisa a verificação do motivo pelo qual houve maior aumento de número de horas paradas e demora das greves no setor público do que no setor privado, após o primeiro grande ciclo de greves.

Para análise e discussão do problema de pesquisa, analisamos esse fenômeno levando em consideração o cenário macro político brasileiro e apresentamos o “estado da arte” das relações de trabalho do setor público brasileiro. Nessa perspectiva, ressaltamos as formas de organização e perfil da força de trabalho nos governos Lula e Fernando Henrique, as despesas da união com gastos de pessoal, as formas de ocupação do setor público, disposições legais e os mecanismos de resolução de disputas que caracterizaram a relação entre os atores no período em questão. Para tanto, foi necessário não só um entendimento dos processos de mudança institucional e reformas administrativas e seus efeitos na mobilização dos trabalhadores, como também das mudanças ocorridas na forma de organização sindical ao longo do período, as características dos diversos segmentos e como se relacionam aos processos políticos e econômicos.

Destacamos também o cenário macro econômico internacional, comparações acerca de

[‡] Partindo de uma concepção cíclica do fenômeno grevistas, os trabalhos do autor são marcos no estudos de greves no Brasil, principalmente quando

analisou a importância das greves na transição política brasileira. Ver Noronha (1992 e 2009).

outras formas de relação de trabalho, greves e negociação coletiva, e como auxiliam no entendimento das peculiaridades do caso brasileiro e das dificuldades de um processo negociativo entre as partes. A partir do levantamento destas questões construímos uma hipótese de pesquisa: o aumento do número de *Horas Paradas* § no funcionalismo público brasileiro, com o foco nos funcionários do setor público federal, deve-se a problemas nos processos de negociação das greves.

Partimos de uma linha de estudos sobre greves no Brasil, a qual Noronha (1993, 2009) chama de “Primeiro Grande Ciclo Brasileiro de greves”. Esse ciclo teve início com as paralisações dos metalúrgicos do ABC paulista em maio de 1978, tendo seu auge na década de 1980 e decaída nos anos 1990. Segundo esses estudos, as greves do ciclo e sua excepcionalidade vincularam-se ao pacto de transição política para a democracia. Após 1997, com o final do ciclo de greves, as paralisações entraram no que o autor chama de

“*normalidade*”, com estabilidade dos indicadores em ambos os setores. Esses estudos são marcos importantes no entendimento da natureza do conflito e das distintas formas de organização e atuação dos setores público e privado no Brasil.

A partir de dados coletados no Dieese, podemos observar o ingresso no setor público federal por concurso público segundo nível de escolaridade. Observa-se que ao longo da década de 1990 houve um acentuado declínio, passando a aumentar a partir de 2003 com o governo Lula. A partir de 2003 o governo foca-se em contratar e abrir vagas para os níveis superior e intermediário, enquanto não se verifica contratações no nível auxiliar, o que indica que esta categoria foi em sua maioria terceirizada.

Cabe destacar também que nesse período estava em tramite no Congresso Nacional a reforma do sistema previdenciário que veio estabelecer uma série de novas regras para a aposentadoria incluindo os servidores públicos, segundo a Emenda Constitucional de n. 20** que

§ Noronha (1992, 2009) em seus trabalhos utiliza o indicador Jornadas Não Trabalhadas (JNTs) que são, segundo o autor o indicador mais sintético de uma greve. E calculado a partir da somatória da multiplicação do número de trabalhadores de cada greve pelo número de dias parados em um determinado período de tempo. Quando trata-se de volume de greves esse indicador mostra-se ser o mais eficiente. Nesta pesquisa, diferentemente, busco saber porque está havendo uma maior duração media das greves, dessa forma o principal indicador utilizado é o número de Horas Paradas em cada greve anualmente.

** Sobre o sistema de previdência a Lei 9717 de 27/11/1998 dispõe sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos militares dos estados e do Distrito Federal (DF).

A lei 9783, de 28/01/1999 dispõe também sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos, ativos e inativos e dos pensionistas dos três poderes da União.

O INT/Orçamento e gestão/SEAP nº 5 – D.O estabelece as regras para aposentadoria, tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez, permanente, compulsória,

modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição entre outras providências, o que acredito promover mudanças no quadro de funcionários da união.

A terceira conjuntura refere-se ao segundo mandato do governo FHC em meio a uma crise cambial e fiscal iniciada em 1999. Segundo Nogueira (2005) nesse período as preocupações com a contenção de gastos chegaram a afetar a reforma de Estado, cujo modelo de implementação dependia de gastos de custeio, além de representar um ônus político devido a resistência dos servidores.

Cabe ressaltar alguns aspectos que segundo Costa (2008), dificultam um processo de reforma administrativa: entre eles estão a sólida institucionalização dos elementos a serem reformados, a resistência organizada de setores afetados, o surgimento de consequências inesperadas, a existência de interesses e objetivos diversos e conflitantes, a falta de foco na mudança por parte dos atores estratégicos, as incertezas, ambiguidades inerentes a mudança, o deslocamento de objetivos.

Do ponto de vista econômico a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso,

buscou viabilizar uma política que evitasse a aceleração inflacionaria e também preservasse a abertura comercial e financeira. Sua política econômica buscou combinar metas de inflação, superávit primário nas contas do governo e taxa de cambio flutuante. A taxa de cambio flutuante expressava a continuidade de uma política cambial o que significava que o país continuava a renunciar ao poder de usar a taxa de cambio como instrumento para orientar o desenvolvimento e para exportar mais produtos manufaturados e depender menos de importações desses produtos.

Segundo Baltar et al., (2010), buscando evitar a fuga de capitais, elevou-se a taxa de juros em um nível muito elevado antes da desvalorização do Real, e depois da desvalorização do real a taxa de juros foi mantida num patamar muito elevado. Assim a desvalorização do Real tendia a ter um impacto positivo na atividade da economia brasileira, ao viabilizar uma maior exportação a ao permitir melhores condições para que os produtores nacionais pudessem competir com os produtos importados. Assim, a contenção dos gastos públicos e as altas taxas de juros visavam a manutenção de um reduzido nível de atividade

voluntária, especial, integral, das regras do direito adquirido – todos decorrentes da Emenda Constitucional nº 20. PRT/Orçamento e Gestão SRH 5 DE 13/05/1999 dá a orientação sobre o recolhimento da contribuição social do servidor publico ocupante de cargo efetivo, do aposentado e do pensionista e as hipóteses de isenção. Por fim, a orientação normativa /MOG/SRH/DENOR nº 9

de 17/05/1999 dispõe sobre a não aplicação do limite máximo do salário maternidade as ocupantes apenas de cargos de comissão (artigo 14 da Emenda Constitucional nº 20)
Fonte:
http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viiv_Identificacao/emc%2020-1998?OpenDocument

econômica, como forma de impedir a aceleração inflacionária.

As altas taxas de juros conduziam a uma tendência de crescimento da dívida pública maior do que a do crescimento do PIB. Segundo os autores o superávit primário nas contas públicas tinham como objetivo evitar o aumento desproporcional da dívida pública, para tanto houve um aumento expressivo da carga tributária, em especial das contribuições sociais (aumento que vinha ocorrendo desde os anos 1990 em consequência da implementação do esquema de contribuições sociais previsto pela Constituição Federal que criou um sistema de seguridade social no país).

O total de impostos e contribuições sociais aumentou de cerca de 25% para 35% do PIB. Além da criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que facilitou a ação do tesouro no sentido de conter as despesas e de investimento e tornar-se capaz de pagar uma parte dos juros.

Do período de 1999 a 2003, a política macroeconômica adotada conseguiu conter o aumento da inflação, provocando um pequeno crescimento do PIB, alcançado principalmente pelos impactos do comércio com outros países. Segundo apontam os autores, a moeda permaneceu desvalorizada nesse período e o desempenho da economia mundial piorou em 2001. No entanto foi possível compensar o fraco desempenho do mercado com o aumento das exportações e da redução das importações, de tal

modo que foi possível a reversão do saldo comercial deficitário da década de 1990, conseguindo superávit em 2002.

Como afirmado anteriormente, a Lei de Responsabilidade Fiscal fixou parâmetros precisos para gastos com pessoal diante da receitas líquidas da União, dos Estados e municípios. Registrou-se assim pouco menos de 5 mil servidores que ingressaram por concurso público no poder executivo nos 4 primeiros anos. O número de aposentados também aumentou acentuadamente nos três poderes. No poder executivo aumentou de 483.228 aposentados para 519.398, o que representa um aumento de 6,9%. No segundo mandato (de 1999 a 2002) houve uma pequena diminuição de aposentados, que passaram de 527.355 para 516.12, o que representa uma pequena diminuição de 1,5%.

Ao longo dos dois mandatos do governo FHC registrou-se uma queda 141.610 funcionários públicos do poder, o que representa uma queda de 14,88% no quadro de funcionários do poder executivo, sendo que 133.798 saíram do quadro entre aposentados e pensionistas. No entanto, os poderes legislativo e judiciário não seguem a mesma tendência. Nessas esferas registrou-se um aumento no quadro de funcionários ativos. No poder legislativo houve um aumento de 17.402 funcionários em 1995 para 20.501 no último ano de governo. No judiciário o aumento é ainda mais expressivo, passando de 64561 para 81716 mil funcionais em 2002.

Ao compararmos o número de horas paradas do poder judiciário federal ao longo do período notamos um aumento expressivo tanto no número quanto na duração das greves. No que diz respeito ao número de horas paradas do poder judiciário federal, elas passaram de 18 horas paradas no primeiro mandato FHC, para 488 horas paradas no final do governo. No primeiro governo Lula esse número cresce ainda mais, quase dobrando o número de horas paradas da categoria.

A mesma relação também pode ser percebida ao compararmos o quantitativo de funcionários públicos federais e os índices grevistas das greves deflagradas pelas Fundações. Ao compararmos o efetivo de funcionários das fundações com a quantidade e horas paradas das greves nota-se que o aumento segue a orientação de outras categorias. Ou seja, um pico de horas paradas no primeiro governo Lula, em um momento em que o efetivo de funcionários crescia vertiginosamente.

Embora possamos destacar elementos importantes na política macroeconômica entre os governos FHC e Lula, há também diferenças importantes como por exemplo a perda do ímpeto do processo de privatizações de empresas estatais e o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre as continuidades podemos citar por exemplo as políticas de metas de inflação e de câmbio flexível, adotadas pelo Banco Central

após a desvalorização do real em 1999, e a de superávit primário implementada pelo Ministério da Fazenda. Segundo apontam Baltar et al., (2010) essa desvalorização alterou significativamente o quadro de funcionários da economia brasileira e sua relação com o mercado de trabalho.

A quarta conjuntura refere-se ao primeiro mandato do governo Lula, a partir de 2003, que é caracterizada pela nova expansão do contingente de servidores públicos federais. No ano de 2003 e 2004 o número de funcionários ativos poder executivo passou de 856.236 para 884.091. O aumento também ocorreu nos poderes legislativo e judiciário.

Segundo aponta Nogueira (2005)

Nos anos 2003 e 2004, ingressaram por concurso público 23.342 novos servidores. A nova tendência expansiva pode ser também comprovada através do número de vagas ofertadas em concursos públicos: entre janeiro de 2003 e agosto de 2005, foram autorizadas para concurso público nada menos que 59.507 vagas, conforme a distribuição por órgão ministerial. Contudo, o ano de 2003 foi marcado por um novo pico nos pedidos de aposentadoria, que se relaciona com a reação dos trabalhadores do setor diante do projeto legislativo que deu origem à Emenda Constitucional N o 41, alterando as regras de aposentadoria no serviço público. (NOGUEIRA, 2005,p.6)

O autor defende que a atividade de planejamento estratégico de pessoal do setor público nunca assumiu sua devida importância em nenhum das conjunturas apontadas acima. No governo FHC subestimou-se a pressão por

demandas por recursos humanos que seriam criadas pela nova política gerencial, incluindo o perfil das agências reguladoras, a despeito de, segundo o autor, não estarem claramente previstas no Plano Diretor da Reforma do Estado em 1995.

Quanto ao governo Lula, Nogueira (2005) aponta o número de vagas abertas para concurso público em 2003 e 2005, o que é extremamente interessante se compararmos com o número de greves e de horas paradas da mesmas categorias no período. Segundo ele:

- 39% das vagas referem-se a funções docentes e de apoio das instituições de ensino do ministério da educação.
- 15% das vagas são de servidores do sistema da Previdência Social
- 12% são de servidores de funções do Ministério da Justiça
- 9% referem-se a funções do Ministério da Fazenda
- 6% referem-se as novas carreiras relacionadas com agencias reguladoras federais nas áreas e de comunicação, saúde, energia elétrica entre outros.
- 63% das vagas foram destinadas a cargos de Nível Superior
- 37% destinadas a cargos de nível intermediário.

Com relação ao número de vagas para as instituições de ensino, o objetivo do governo era de suprir pessoal permanente e regular para funções que vinham sendo exercidas por

funcionários substitutos, como por exemplo professores substitutos das instituições federais de Ensino Superior. É interessante notar que, da passagem do governo FHC para o primeiro mandato do governo Lula, os professores da Rede Federal foram responsáveis por um aumento vertiginoso no número de horas paradas. O número de Horas Paradas dos professores da Rede Federal de Ensino Superior passaram de 56 no último governo FHC para 1.416 no primeiro Lula. Os professores do Ensino Superior e Técnico aumentaram de 8 no segundo mandato FHC, para 1.264 entre os dois governos.

A situação econômica melhorou para os países emergentes de 2003 até meados de 2008 o que fez com que a fosse possível a continuidade das linhas básicas da política macroeconômica que vinha sendo implementada desde 1999, o que levou a uma inflação menor e um crescimento do PIB.

Os investimentos diretos, aplicações no mercado financeiro e empréstimos externos compensaram o declínio do saldo na conta corrente tornando possível manter a acumulação de reservas internacionais. Assim, a ampliação de reservas não impediu a valorização do real (a partir de 2004), efeito que só foi revertido a partir da crise de 2008.

O crescimento foi favorecido pelo aumento do emprego formal, dos rendimentos do trabalho, das transferências de renda, do aumento real do salario mínimo , que segundo Baltar et al.,

(2010), resultaram em um aumento expressivo da renda das famílias, particularmente aquelas situadas em estratos intermediários ou menores de renda familiar. Um fator que favoreceu esse processo foi a ampliação do crédito ao consumo com elevação dos prazos, queda de juros nominais e com as mudanças institucionais que passaram a permitir o crédito com desconto direto na folha de pagamentos dos empregados assalariados.

Os autores afirmam que:

Num quadro marcado por maior crescimento do PIB, menor taxa de inflação, disponibilidade de expressivas reservas internacionais, menor estoque de dívida externa (pública e privada), as empresas e os bancos assumiram expectativas de continuidade do crescimento das vendas, da produção, do emprego e da renda. De fato, antes que a crise internacional atingisse o país, o crescimento do PIB acelerou-se, alcançando o ritmo anual de 6,5% em meados de 2008, num processo em que o volume de investimento vinha aumentando a taxas significativamente elevadas (Baltar, Leone & Borghi, 2009). Com isso, ampliou-se o consumo de bens duráveis de consumo, as empresas aumentaram o investimento na ampliação da capacidade de produção, o Estado retomou o investimento em infraestrutura. (BALTAR, et al., 2010, p.6)

Desde 1980 o produto industrial brasileiro tem crescido muito pouco, reduzindo sua participação na geração do PIB, de 34% para 16% de 1980 até 2005, o que inicia um período de semi-estagnação da economia brasileira em que o produto per capita quase não aumentou. A abertura comercial da década de 1990 não mudou esse quadro caracterizado pelo baixo dinamismo da indústria nacional e do crescimento do PIB,

com taxas médias de expansão menores dos que a da década anterior.

Segundo eles, a partir do segundo mandato do presidente Lula torna-se mais clara uma diferença de posição de governo em relação ao crescimento econômico, apesar da continuidade da política macroeconômica focadas nas metas inflacionários, no superávit primário e na política de cambio de flutuante. Ressalto que esse cenário de crescimento econômico pode ser um fator determinante na maior incidência de greves, a medida que partimos da hipótese de que os líderes sindicais fazem greves quando percebem momentos oportunos para o ganho.

Um sintoma dessa mudança foi a recusa em aprofundar o ajuste fiscal ou recusar a implementação de uma política sugerida por economistas e por segmentos conservadores da sociedade. Tal política fiscal tinha como objetivo gerar um superávit nominal que contribuiria para cobrir a totalidade do pagamento do serviço da dívida pública, acelerando a queda na relação entre esta dívida e o PIB.

Podemos destacar dois indicadores da mudança de posição do governo; em primeiro lugar o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) que foi lançado visando restaurar o quadro de pessoal e o nível dos salários dos funcionários públicos, que vinham sendo sacrificados por esforços anteriores de contenção das despesas públicas. Em segundo a capitalização do BNDES pelo Tesouro Nacional e

a intensificação de sua atuação na articulação da formação de grupos empresariais nacionais e no apoio ao investimento das empresas estatais.

A reação do governo brasileiro a crise internacional de 2008 também expressa essa mudança de posição. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros brasileira (Selic), relaxou o depósito compulsório dos bancos e usou as reservas internacionais para garantir o financiamento das exportações. Além disso reduziu temporariamente o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) dos bens duráveis de consumo e lançou um programa de construção de habitações populares. Reduziu também o imposto de Renda para a classe média e usou o banco público para garantir o atendimento da demanda de crédito e incorporar instituições financeiras fragilizadas pela crise. Tais mudanças são a expressão de uma nova postura do governo na condução da política econômica e a gestão dos impactos da crise internacional. Segundo BALTAR (2010), essa nova postura do governo em relação a crise internacional e a forma com que tem-se conduzido o debate sobre a construção institucional necessária para tirar proveito da extração de novas reservas petrolíferas tem levado a uma proximidade maior entre a esfera pública e a iniciativa privada.

A partir de 2007 o segundo mandato do presidente Lula foi marcado pela elevação das taxas médias de crescimento da economia brasileira momento em que o mercado de trabalho

brasileiro apresentou mudanças significativas no que diz respeito a redução das taxas médias de desemprego, expansão do emprego assalariado formal (protegido por legislação trabalhista), crescimento do emprego nos setores mais organizados da economia, inclusive no setor público, elevação substantiva do valor real do salário mínimo e a recuperação dos valores reais dos salários negociados em convenções e acordos coletivos.

Por fim é importante ressaltarmos que apesar das formas de contratação verificadas na RAIS terem sido ampliadas de um, para nove modalidades de 1989 para 2008, os contratos temporários apresentam baixa incidência, representando somente 1,4% do total de empregados no setor privado. No setor público, especialmente na esfera municipal houve um aumento de contratações temporárias, entre 1995 e 2003. No entanto, depois de 2003 verificou-se uma diminuição das contratações de funcionários demissíveis e temporários, especialmente na esfera federal, devido ao termo de ajuste de conduta entre o Ministério Público do Trabalho e o Governo Central para a substituição desses servidores por concursados.

Assim, com exceção dos servidores públicos, não houveram avanços das contratações atípicas no Brasil. Em um momento de melhoramento da economia nacional, as instituições públicas e os sindicatos contribuíram para que as empresas contratassem conforme a

legislação vigente. Podemos destacar também a necessidade de melhoria da arrecadação do Estado visando frear o crescente endividamento público; o papel das instituições públicas em especial aquelas responsáveis por fiscalizar e garantir o cumprimento da legislação social e trabalhista.

Ao longo dos anos 1990 prevaleceu uma tendência de fortalecer mecanismos de negociação direta e viabilizar soluções privadas dos conflitos trabalhistas. A partir de 1999 começaram a surgir mecanismos de controle e de fiscalização especialmente por meio de incentivos monetários vinculados ao pagamento de encargos e arrecadação de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – prevê o recolhimento de 8% do salário como uma forma de indenização caso seja despedido por justa causa). Nesse período houve uma melhoria no sistema de fiscalização o que pode explicar o avanço no emprego formal no período.

Apesar de ter-se mantido constante o emprego público ao longo da década de 1990, houve um aumento nos municípios, em escolas públicas e postos de saúde municipais, embora, o emprego gerado nesses casos apresentar um padrão inferior ao predominante no Governo Federal. Quanto ao governo federal, nos interessa ressaltar o aumento expressivo no número de horas paradas nas categorias destacadas acima. Durante o segundo governo FHC e primeiro Lula, a categoria dos funcionários da saúde federais e

dos professores a rede federal de ensino.

Ao longo do governo Lula houve um esforço por parte do Governo Federal na recomposição de algumas carreiras públicas por meio da realização de concursos públicos, provocando assim um incremento nas contratações. Segundo dados do RAIS, o número de servidores públicos estatutários efetivos cresceu cerca de 25% entre 2003 e 2008, ou seja, a administração pública nos três níveis de governo foi responsável pela contratação de 1,4 milhão de pessoas.

Quanto ao papel dos sindicatos e da negociação trabalhista é imprescindível destacar que em primeiro lugar, as negociações coletivas a partir de 2004 começaram a apresentar resultados mais promissores para os trabalhadores. Segundo Baltar et al., (2010) a partir dessa data as negociações coletivas passaram a contribuir para a recuperação do poder de compra dos salários, tendência essa mantida no período de crise (2008/2009) em que grande parte da categoria de trabalhadores conseguiu recompor o poder de compra dos salários e muitas negociações incorporaram aumento real. Segundo eles, a melhora das negociação salariais está relacionada com a capacidade de representação dos sindicatos em um ambiente político e econômico favorável no país, marcado especialmente pela existência do crescimento econômico e de uma política de valorização do salário mínimo.

Assim, defendem que:

Apesar de tensões, houve avanço – especialmente depois de 2005 – na direção do atendimento de algumas reivindicações dos trabalhadores, dentre as quais se podem destacar: a política de valorização do salário mínimo, o reconhecimento das centrais sindicais e a adoção de medidas para enfrentamento da recente crise em 2008-2009. Portanto, o movimento sindical, por meio das centrais sindicais, tem uma importante interlocução com o Governo Federal, com espaço para participar da formulação de políticas públicas. Deve-se ressaltar que muitas das questões mencionadas decorrem mais das relações do movimento sindical com o atual governo do que da sua capacidade de mobilizar os trabalhadores e a sociedade. (BALTAR, et al., 2010, p.34)

Além disso afirmam que um traço distinto nos últimos anos foi a adoção de uma agenda comum pelas principais centrais sindicais no Brasil. Entre eles são destacados: 1. Redução da jornada de trabalho para menos 40 horas semanais. Nesse sentido há um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, além de que diversos sindicatos tem assinado acordos coletivos que estabelecem uma redução gradativa da jornada. 2. A regulamentação da terceirização está em pauta no Poder Legislativo desde os anos 1990, mas recentemente o debate tem incorporado a concepção de inibir as práticas de precarização do trabalho e de preservar os direitos trabalhistas e a proteção social. 3. A atual política de valorização do salário mínimo está em vigor desde 2011. 4. Em 2010, as principais centrais sindicais anunciaram que apresentarão uma plataforma com as suas principais propostas para a discussão de um projeto de desenvolvimento

sustentável com distribuição de renda e valorização do trabalho, prevendo-se inclusive a realização de uma conferência unitária.

2. As Despesas da União com o funcionalismo Público Federal

A folha de pagamento da união não é estática, ou seja ela cresce constantemente ao longo dos anos. Mesmo que não haja novas contratações e que muitas aposentadorias ou pensões sejam concebidas, a folha de pagamento é sempre crescente. Na hipótese do servidor se aposentar, ele passará a receber proventos da união, ou se falecer o dependente receberá uma pensão, além disso, tem direitos que os servidores de carreira tem como promoção, progressão funcional, aumento de gratificações etc.

Devemos necessariamente levar em consideração a Lei Complementar nº 82 de 1995 (Lei Camata) que disciplina os limites das despesas com funcionalismo público, determinando um limite de 60% da respectiva receita corrente líquida. No ano de 1995 o percentual obtido entre a RCL e DP estava próximo ao definido pela lei, como pode ser observado no quadro abaixo.

Nos anos que se sucedem, observa-se que o percentual tem uma tendência decrescente, estando muito abaixo do máximo estabelecido. Observa-se que no período de FHC a diminuição da receita está diretamente relacionada com a diminuição do efetivo de pessoal.

No governo Lula, verifica-se que na maioria dos anos o percentual permaneceu em queda, embora tenha aumentado o efetivo de pessoal. Isso pode refletir um cenário econômico favorável de crescimento. A partir dos dados podemos concluir que ambos os cenários mostraram-se favoráveis à negociação trabalhista, descartando a hipótese de que a Lei Camata no período FHC ou a Lei de Responsabilidade Fiscal período Lula, tenham interferido para que as negociações coletivas que envolviam questões salariais se concretizassem, a medida que há margens para a negociação.

A relação entre a despesa de pessoal e a receita corrente líquida é um fator de extrema importância nas negociações sindicais. Isto porque esta relação representa qual a margem dentro dos limites legais que pode balizar os percentuais de reajustes dos servidores públicos federais.

Os quadros 8 e 9 mostram as despesas da união por poder ao longo dos dois governos. Observamos um aumento expressivo e acentuado dos gastos com pessoal no poder judiciário ao longo do período FHC, que passaram de 2.565,50 para 9.161,7 ao final de 2002. No governo Lula mantém-se essa tendência mas de forma menos acentuada.

Quanto as despesas da união, os dados ao longo do período nos permite concluir que a alta incidência de greves e de horas paradas não está relacionada com a receita da união ao longo dos dois períodos estudados.

3. A ocupação no setor público federal brasileiro

A partir de 2008 o governo passava por um momento de pressões, devido a política revalorização dos servidores públicos, recomposição de pessoal e de suas remunerações. A oposição concentrava seus ataques em dois aspectos. Primeiro devido a um suposto inchaço da máquina pública federal e em segundo devido ao descontrole fiscal.

Os dados apontados nesse estudo, juntamente com uma série de banco de dados como a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos e Boletins Estatísticos de Pessoal da União, podemos afirmar que o movimento de recomposição de pessoal do setor público brasileiro observado até o final do segundo mandato Lula se mostrou suficiente para repor praticamente o mesmo estoque e percentual de servidores ativos existentes em meados de 1990. Se tomarmos o número de ativos do poder executivo, legislativo e judiciário constatamos que em 2010 o número de servidores ativos do poder executivo aumentaram 19,83% em relação ao último ano do governo FHC. No poder legislativo

e judiciário houve um aumento em ambos os governos. No judiciário registrou-se um aumento de 29,3% no quantitativo de ativos em relação ao governo FHC.

Em segundo lugar, ao longo do período de estudo houve, em particular uma preocupação em se compensar, portanto o número dos que se aposentaram anualmente ao longo do período. Segundo Nogueira (2011), 155 mil novos servidores foram admitidos entre 2003 e 2010, no entanto o número de servidores ativos civis em 2010 ainda era menor que no início da década de 1990, entre outros fatores pelo fato de que houve ao menos três momentos importantes de corrida a aposentadoria. Com a retomada dos concursos públicos, o número de servidores civis ativos da administração federal voltou ao patamar de mais de 600 mil vigentes na primeira metade dos anos 1990.

Em terceiro lugar o autor afirma que os gastos com pessoal não saíram do controle do governo federal pois, em termos percentuais permaneceu praticamente constante ao longo da primeira década de 2000, em um contexto de retomada relativa do crescimento econômico e também da arrecadação tributária.

Em quarto lugar, do ponto de vista qualitativo, evidências da pesquisa indicam que o movimento atual de recomposição de pessoal no setor público deve trazer melhorias gradativas ao desempenho institucional, talvez ainda pouco perceptíveis em função do insuficiente tempo de

maturação do novo contingente de força de trabalho a serviço do Estado. A medida que os servidores passem a ser selecionados por meio de concurso público (assumindo a forma de vinculação estatutária em detrimento do padrão celetista), os colocando sob direitos e deveres comuns e estáveis, gera-se maior coesão e homogeneidade no interior das categorias, o que é um aspecto essencial para um desempenho satisfatório do Estado em longo prazo.

Com isso podemos concluir que o alto índice grevista e de horas paradas no primeiro governo Lula podem ser decorrentes em primeiro lugar devido a uma maior coesão e homogeneidade no interior das categorias e em segundo devido a oportunidade de ganho percebidas pelos líderes sindicais, em um momento de retomada do crescimento econômico.

Entre 1995 e 2010 os governos FHC e Lula estabeleceram políticas de administração de pessoal cujos efeitos se desdobraram para além da esfera federal, não só porque algumas dessas políticas se consubstanciaram em novas bases constitucionais e legais, como também porque deram origem a medidas e incentivos que afetaram o crescimento, a distribuição e o modo de vinculação de pessoal em todo o âmbito federativo.

Como afirmamos anteriormente, o primeiro mandato governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela tentativa e um esforço

para a implementação de um Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1995. Entre as diretrizes preconizadas pelo plano estão a autonomia financeira e administrativa de certas entidades públicas não estatais, retorno do regime contratual celetista para funções não essenciais do Estado, possibilidade de demissão do servidor por insuficiência de desempenho e excesso de quadros, reorganização das carreiras especialmente nas funções essenciais do Estado entre outras. O governo federal buscou dar exemplo para as demais esferas de governo ativando seus planos de demissão em conformidade com objetivos de contenção global dos gastos públicos.

No segundo mandato do Governo FHC, em um cenário de crise econômica, prevalece uma orientação de fiscalização caracterizada por fortes restrições aos gastos com pessoal. Tal fato fez com que em 2000 entrasse em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal que consolidou vários dispositivos legais anteriores, como a Lei Camata, em vigor desde 1995. Nesse período toda a ênfase política, posta inicialmente na modernização gerencialista da administração, deslocou-se para duas outras prioridades: a contenção fiscal das despesas públicas, especialmente as de pessoal, e a desestatização modernizadora, acompanhada do fortalecimento do papel das agências reguladoras.

Assim o aspecto da continuidade deve-se sobretudo a preservação da orientação fiscal, ao lado da manutenção do câmbio apreciado e do

combate a inflação pelo regime de metas. O crescimento econômico fez com que a partir de 2004 erigisse uma fase de expansão do quadro de pessoal da administração federal, bem como a política de ajustes graduais da remuneração dos servidores.

Segundo Nogueira e Cardoso Junior (2011) um dos aspectos inovadores da política de pessoal do governo Lula veio mediante a adoção de mesas de negociação com servidores federais no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que funcionaram com regularidade. Esse ministério também se dedicou a formular novas bases para autonomia gerencial da administração pública indireta. Seguindo nessa direção, foram divulgadas as diretrizes produzidas por uma comissão de juristas que se prontificaram a colaborar com aquele ministério na montagem de uma proposta para o estabelecimento de uma nova Lei Orgânica da Administração Pública Federal.

Os mesmos sumarizam as principais diretrizes no campo da administração pública e das políticas de pessoal nos dois governos. No governo FHC destaca:

1. A autonomia gerencial nas entidades públicas não estatais em contrato de gestão;
2. Demissão e licença temporária incentivadas;
3. Limites legais e fixados para despesas com pessoal, de acordo com a lei de Responsabilidade Fiscal de 2001;
4. Empregados celetistas admitidos por processo

seletivo público; - diferente de concurso

5. Avaliação do desempenho individual do servidor ou empregado;

6. Possibilidade de demissão por insuficiência de desempenho e por excesso de quadros, avaliados segundo limites fiscais.

7. a criação das agencias reguladoras e seu quadro de pessoal próprio.

No Governo Lula as medidas destacadas por eles são:

1. A autonomia gerencial em entidades públicas da administração indireta (SAAE), entre elas a Lei Orgânica da Administração Pública Federal – regimento da união, um regulamento da união.

2. mesas de negociação para questões de gestão de pessoal;

3. a reabertura de concursos para servidores temporários e permanentes de órgãos públicos e agencias reguladoras;

4. Realocação de pessoal na estrutura de carreiras e ordenamento das carreiras de Estado;

5. Substituição de pessoal ocupado em atividades fim com contrato informal ou contratado via agencias internacionais;

6. Limites legais fixados para despesas com pessoal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e

7. Reajustes graduais da remuneração, com destaque para carreiras de Estado.

É certo que o principal determinante da ocupação no setor público está baseado na disponibilidade orçamentaria para custeio e

investimentos. No entanto, corroboramos com Nogueira e Cardoso Junior (2011) ao afirmar que a dimensão financeira da manutenção de pessoal ativo e inativo depende de três dimensões de políticas públicas congruentes entre si: políticas administrativas, previdenciárias e fiscais.

É indispensável ressaltar que as esferas administrativas dos estados e municípios também são afetadas por cada uma das conjunturas mencionadas do governo federal, como também o são por determinantes gerais que se situam nos planos das políticas públicas, especialmente nas políticas fiscais e previdenciárias.

Segundo afirma Nogueira e Cardoso Junior (2011), a ocupação do setor público brasileiro é constituída pela somatória dos que mantem vinculo institucional direto e indireto com a administração pública, sendo que o vinculo direto corresponde ao pessoal militar, aos estatutários e aos não estatutários que, por sua vez, incluem os celetistas e os informais. O conceito de ocupação direta na administração pública exclui os vínculos de trabalho com empresas estatais e de economia mista. O vinculo indireto é caracterizado pelas relações contratuais criadas pelas instituições do Estado com entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, que colaboram para o alcance de suas funções. De acordo com a norma jurídica nacional e segundo consta na Constituição Federal, o emprego público corresponde ao vínculo celetista. O servidor estatutário é aquele que se submete a um

estatuto que descreve seus deveres e direitos e portanto, juridicamente, não mantém vínculo contratual de emprego com a administração pública.

Baltar et al., utilizando dados do Rais (Relação Anual de Informações Sociais) afirmam que a ocupação do setor público cresceu 30,2% entre 2003 e 2010. O maior crescimento ocorreu no setor municipal com 39,3%, seguido pelo federal (30,3%) e do estadual (19,1%). É interessante destacar a proximidade desses valores com o crescimento de horas paradas no setor público no período, que aumentou mais no setor estadual, seguido pelo federal e municipal.

A expansão da ocupação do setor público municipal, que envolve atualmente mais de 5 milhões de vínculos, é apontada como a principal evidência observada na administração pública de que a prestação de serviços aos cidadãos é cada vez maior nas prefeituras municipais. De 1995 a 2010 os que mais cresceram foram áreas da educação, saúde e assistência social, sendo que as ocupações que mais cresceram foram psicólogos, professores do ensino fundamental, técnicos de programação, enfermeiros, fisioterapeutas e advogados. Afirmam assim que tanto os serviços de saúde quanto os de educação caracterizam-se por serem intensivos no emprego de força de trabalho, e com um impacto na expansão da ocupação pública municipal.

O que chamamos de o “estado da arte” das relações de trabalho do setor público brasileiro, tratadas nesta pesquisa como os aspectos referentes a ocupação pública, devem ser analisadas enquanto geradores de impasses políticos. Penso que tais impasses não são resolvidos somente mediante medidas derivadas de políticas administrativas de pessoal e da defesa de expansão do Estado e seus orçamentos, mas sim levando em consideração o caráter estritamente político das greves e da negociação trabalhista. Além disso, deve-se considerar o cenário macroeconômico e as decisões estratégicas dos governos para o desenvolvimento nacional.

O entendimento das variações nos indicadores de greves ao longo de dois governos tão diversos do ponto de vista político e econômico e naturalmente da forma com que estabelece diálogos com outros atores abrem um leque de questões sobre como se dá e como podemos melhorar um processo de cooperação e interação entre os atores. Ressalto mais uma vez que o relacionamento entre os atores (governo, sindicatos, partidos políticos) no setor público não é um jogo de soma zero, onde o ganho de um ator simplesmente significa a perda de outro. Dessa forma levamos em consideração a natureza estritamente política das greves e do processo de negociação do setor público brasileiro, seus múltiplos atores e interesses envolvidos.

Resultados

Referências ou References para artigos em inglês

1. ABRAMO, Laís W. *O resgate da dignidade (a greve de 1978 em São Bernardo)*. 1986 Dissertação de Mestrado -Depto de Ciências Sociais da FFLCH, USP - Universidade de São Paulo, 1986.
2. ALMEIDA, Maria. Hermínia. T. D. *Crise Econômica e Interesses Organizados: O Sindicalismo no Brasil dos Anos 80*. São Paulo: EDUSP, 1996.
3. ALVES, Giovanni. Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço da década neoliberal. (1990-2000), *Rev. Sociol. Polít.* Curitiba, n. 19, Nov. 2002.
4. ANTUNES, Ricardo. *Rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC Paulista: As Greves de de 1978/80*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1998.
5. ANDOLFATO, Dominique. *Les syndicats en France*. Paris: 3ème Edition Entièrement Revise, 2013. 236 p. (coll. Les etudes de la documentation française).
6. _____. *Histoire des syndicats (1906-2010)*. Paris, 2ème Édition Revue et actualisée, 2011. (En collaboration avec D. Labbé)
7. ANDOLFATO, Dominique; LABBÉ, Dominique *Un demi-siècle de syndicalisme en France et dans l'Est*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 189 p.1998.
8. BACCARO, Lucio; LOCKE, Richard. M. Public Sector Reform and Union Participation: The Case of the Italian Pension Reform. In: 1996 ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 1996. San Francisco. *Public Sector Reform and Union Participation: The Case of the Italian Pension Reform*. Cambridge, San Francisco.1996. p. 1-36.
9. BADARÓ, Marcelo M. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). *Rev. Bras. Hist.*, vol.24, no.47, 2004, p. 241-270.
10. BALTAR, Paulo E. A. et al. *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*. In: GLU – GLOBAL LABOUR UNIVERSITY WORKING PAPERS. Nº9., 2010. Campinas – UNICAMP, 2010. p. 1-42.
11. BIRKE, P. The persistence of labour unrest: strikes in Denmark 1969-2005. In: VAN VELDEN, H. D. S. *Strikes around the world, 1968-2005: case-studies of 15 countries*. Amsterdam: Aksant Academic Publishers, 2007. p. 222-242.
12. BOITO JR., Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Cad. CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, Aug. 2010.
13. BOUQUIN, S. Strikes In France: Strong social eruption and a weak tradition of collective bargain. In: H. D. Sjaak Van der Velden, *Strikes around the world 1968-2005* (p. 243-266). Aksant Academic publishers, 2007, p.243-266
14. BRAGA, Douglas Gerson. *Conflitos, eficiência e democracia na gestão pública*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. 193 p.
15. BRAGA, Douglas Gerson. *Programa de Capacitação de Negociação do SUS: construindo o Sistema Nacional de Negociação Permanente do SUS – SiNNP – SUS*. São Paulo: internacional do serviço público, ISP – Brasil, 2007.
16. BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2009: *A democratização das Relações de Trabalho*. Secretaria de Recursos Humanos. Relatório Final da conferencia nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal. Brasília, 2009.
17. BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. *A Reforma do Estado para a Cidadania: A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional*. São Paulo: Ed. 34, Brasília: Enap.1998
18. BRISKIN, L. Public sector militancy, feminization and employer aggression. Trends in strikes, lockouts, and wildcats in Canada from 1960 to 2004. In: H. D. Sjaak Van Velden, *Strikes around the world, 1968-2005 Case-studies of 15 countries*. Amsterdam: Aksant Academic Publishers, 2007, p. 86-113
19. CARDOSO, Adalberto M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2003. 328 p.
20. _____. *Sindicalismo e relações trabalhistas*. Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer, Cadernos Adenauer; n. 2, 2002. 119 p.
21. CHEIBUB, Zairo. B. Reforma Administrativa e Relações trabalhistas no setor público: dilemas e perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Brasília, vol. 15 n. 43, p. 8-65, 1999
22. COELHO, Rogério Viola. *O Regime de Emprego Público na Administração do Poder Judiciário*. Porto Alegre. SINDIJUS, 2002.
23. CROUCH, C. *Industrial relations and European State traditions*. Oxford: Clarendon Press.1993
24. DIESSE. As greves em 2005. *Estudos e Pesquisas*. Ano 2. N. 20, São Paulo, 2006.
25. _____. *A Convenção 158 da OIT e a garantia contra a dispensa imotivada*: Nota técnica, n. 61. Rio de Janeiro. Dieese; 2008.
26. _____.O movimento grevista em 2004. *Estudos e Pesquisas*. N. 12, São Paulo, 2005.
27. _____.Balanço das greves em 2007. *Estudos e Pesquisas*. Disponível em <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2007/estPesq41Greves2007.pdf>. Acessado em 25 de outubro de 2013.

28. _____. Balanço das negociações e reajuste salariais em 2008. *Estudos e Pesquisas*. N.43. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2013/estPesq71/BalancoReajustes2013.pdf>. Acessado em novembro de 2013.
29. FERNER, Anthony. e R. Hyman, Eds. Introduction: industrial relations in the New Europe. In: HYMAN, R. (eds). *Industrial relations in the new Europe*. Oxford: Blackwell Business. 1992a.
30. _____. Italy: Between Political Exchange and Micro-Corporatism. In: A. Ferner e R. Hyman (Ed.). *Industrial Relations in the New Europe*. Oxford: Blackwell Business., Italy: Between Political Exchange and Micro-Corporatism. 1992b.
31. FRANZOSI, R. *The puzzle of strikes class and state strategies in postwar Italy*. Cambridge University Press, 1995.
32. FULCHER, James. *Labour movements, employers and the state: conflict and co-operation in Britain and Sweden*. Oxford. Clarendon Press, 1991.
33. GLASNER, Vera. The Public Sector in the crisis. *European Trade Union Institute*. Brussels: ETUI aisbl, 2010.
34. GUERRIN, D. *Le mouvement ouvrier aux Etats-Unis*. Paris: Maspero. 1977. 174p.1977.
35. Grux, G. Pernot, J. M. *La Grève*. Première édition. Presses de Sciences Po. Edition Contester, 160p. n.1 10 mars 2008.
36. HALE, Dominic. Labour Disputes in 2007. *Economic & Labor Market Review*. Office for National Statistics. vol 2. n° 6. 2008.
37. Hyman, Richard. *New frontiers in European Industrial Relations*. USA: Blackwell Publishers Inc, 1994.
38. _____. *Strikes*. London, 4. ed: The Macmillan Press, 1989.
39. _____. *Understanding European Trade Unionism Between Market, Class & Society*. London: SAGE Publications, 2001.
40. JARDIM, Maria A. *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos do governo lula*. Tese de doutorado. Programa de pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos –Ufscar, 2007
41. KOCHAN, Thomas A. A theory of multilateral collective bargaining in city governments. In: David Lewin et al., *Public sector labor relations: analysis and readings*, Lexington, Mass./ Toronto, Lexington Books/D.C. Heath and Company. 1988
42. LEWIN, David et al. *Public sector labor relations: analysis and readings*. Lexington, Toronto, Lexington Books/D.C. Heath and Company. 1988.
43. LOCKE, Richard M. *Sindicatos e reforma Administrativa na Italia e EUA*. Brasília: Cadernos ENAP, 1999.
44. LOCKE, Richard M.; BACCARO, Lucio. Learning from Past Mistakes? Recent Reforms in Italian Industrial Relations. *Industrial Relations Journal*, v. 27, n. 4.1996.
45. LUSTOSA DA COSTA, Frederico. História das reformas administrativas no Brasil: narrativas, teorizações e representações. *Revista do Serviço Público*. Brasília. V. 59, p.271-288, 2008.
46. LYDDON, D. *From Strikes wave to strike drought*. In: H. D. Sjaak Van Velden, *Strikes around the world, 968-2005: case studies of 15 countries*. Amsterdam: Aksandt Academic Publishers, 2007, p.339-359
47. MARCONI, Nelson. A evolução do perfil da força de trabalho nos setores público e privado ao longo da década de 1990. *RSP. Revista do Serviço Público*. São Paulo, ano 54, nº 1, 2003.
48. MOISÉS, José. Álvaro. *Greve de massa e crise política*. São Paulo: Editora Polis, 1978.
49. NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. *Emergência e Crise do Novo Sindicalismo no Setor Público Brasileiro*. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambú,1998.
50. NOGUEIRA, Roberto Passos. *Novas tendências internacionais da força de trabalho do setor público. O Brasil comparado com outros países*. Observatório de Recursos Humanos em Saúde (NESP/CEAM/Unb). Brasília, Universidade de Brasília, 2005.
51. NOGUEIRA, Roberto Passos; CARDOSO Junior, José Celso. Ocupação no setor público brasileiro: tendências recentes e questões em aberto. *Revista do Serviço Público*, Brasília, V. il., n. 3, p. 237-260, 2011
52. NORONHA, Eduardo. G. Ciclo de Greves, transição Política e Estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*. São Paulo n.76, 2009, p. 119-168.
53. _____. *Greves na Transição Brasileira*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1992.
54. NORONHA, Eduardo. G; GEBRIN, Vera. *Explaining an exceptional wave of strikes: from authoritarian Brazil to democracy*. In: *Latin American Studies Association*, Chicago - XXI International Congress, 1998.
55. POCHMANN, M. Adeus à CLT? O “eterno” sistema corporativo de relações de trabalho no Brasil. *Novos Estudos*, São Paulo, n.50, 1998, p. 149-166.
56. _____. Os desafios do sindicalismo brasileiro neste final de século. *Revista de Sociologia e Política*, n. 10/11, 1998, p. 249-

- 253.
57. SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil: 1945-1999*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.
58. SUSSEKIND Arnaldo. *Direito Constitucional do Trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1999.
59. TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Newberry Award Records. 1978.
60. _____. *Strikes in France – 1830-1968*. Londres: Cambridge University Press.1974.
61. TSEBELLIS, George. *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo, Edusp. 1998
62. VERMA, Anil. KOCHAN, Thomas. A. *Unions in the 21th Century. An International Perspective*. Chigado. Palgrave Macmillan. 2004
63. YEMIN, Edward. Labour relations in the public service: a comparative overview. *International Labour Review*, vol. 132, n. 4. 1993.
64. ZAPATA, F. *El conflicto sindical en américa latina*. El Colegio de Mexico - Centro de Estudios Sociológicos. 1986.
65. _____. strikes in a state corporatism system Mexico. In: H. D. Sjaack Van Der Velden, *Strikes around the world case-studies of 15 countries*. Amsterdam: Aksant Academic Publishers. 2007
66. _____. *Trabajadores y Sindicatos en América Latina*. Secretaría de Educación pública. Dirección General de Publicaciones y Medios.1987.
1. física em aulas de Educação Física em escolares do ensino médio. *Rev Educ Fis UEM* 2010;21(2):271-278.
2. DiFiori JP, Benjamin HJ, Brenner JS, Gregory A, Jayanthi N, Landry GL, et al. Overuse injuries and burnout in youth sports: a position statement from the American Medical Society for sports medicine. *Clin J Sport Med* 2014;4(1):3-20.
3. Vieira JLL. O processo de abandono de talentos do atletismo do Estado do Paraná: um estudo orientado pela Teoria dos Sistemas Ecológicos. [Tese de Doutorado em Ciência do movimento Humano]. Santa Maria: Universidade Estadual de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano; 1999.
4. Willians J M. *Psicologia aplicada al deporte*. 2.ed. Madrid: Biblioteca Nueva;1991.
67. ...
68. ...
69. 10. Zanella MT. Obesidade e fatores de risco cardiovascular. In: Mion Jr D, Nobre F, editores. *Risco cardiovascular global: da teoria à prática*. 2.ed. São Paulo: Lemos Editorial; 2000, p. 109-125.
70. 11. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [Internet]. Análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil [acesso em 27 mar 2015]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>
71. 12. Acrescente outras referencias de acordo com o limite e as exigências solicitadas pela revista.